



CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES



COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE LEI DA
ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2024 (PLE 269/2023)

3ª SESSÃO LEGISLATIVA

19ª LEGISLATURA

09 de novembro de 2023

Às nove horas e quinze minutos do dia nove de novembro de dois mil e vinte e três, no Plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal de Salvador, localizado na Praça Thomé de Souza, Centro, nesta capital, por convocação da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, realizou-se Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto da Lei Orçamentária anual (PLOA) para o exercício de 2024 do Município de Salvador (PLE n.º 269/2023 – “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Salvador, para o exercício de 2024, e dá outras providências”), em cumprimento ao disposto no art. 165, § 5º, da Constituição Federal e em consonância com a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Marcaram presença os vereadores **Daniel Alves** – Presidente da Comissão, **Marta Rodrigues** (membro), **Laina Crisóstomo** e **Tiago Ferreira**, bem como o Secretário da Casa Civil, **Luiz Carreira**, a Diretora Geral de Orçamento, **Ana Nery Reis**, o Subchefe de gabinete da Casa Civil, **Moyisés Andrade**, o Subsecretário da Fazenda, **Daniel Ribeiro**, o Diretor do Tesouro Municipal, **Ricardo Gois**, além de outras autoridades e membros da sociedade civil. Dando início aos trabalhos, o Presidente Daniel Alves declarou aberta a audiência e registrou que o evento estava sendo transmitido em tempo real pela TV Câmara, tanto pelo canal da TV quanto pelo perfil do Facebook. Além disso, salientou que o evento foi transferido para o Plenário da Casa em função do incêndio ocorrido no Palácio Thomé de Souza, que inviabilizou a utilização do Centro de Cultura Vereador Manuel Querino, local inicialmente previsto para ocorrer a audiência. Salientou que a população, caso queira fazer alguma sugestão ou modificação no projeto em análise, pode procurar seu vereador para que, por meio deste, as propostas possam ser analisadas pela Comissão. Feitas as devidas apresentações das autoridades e lideranças comunitárias presentes, passou a palavra ao Chefe da Casa Civil, Luiz Carreira, o qual inicialmente destacou o papel dos vereadores na execução da vontade popular e na interlocução com o Poder Executivo. Fez também algumas considerações sobre temas ligados ao objeto da apresentação. Destacou que o diferencial da LOA 2024 é a destinação de percentual relevante dos recursos para investimentos. Segundo frisou, essa é uma marca importante da gestão, que conseguiu alavancar recursos para essa finalidade. Acrescentou que o projeto apresentado à Câmara aponta para investimentos importantes tanto na área social como em infraestrutura. Ademais, ressaltou a posição de destaque do município no Índice Firjan de Gestão Fiscal-IFGF, que avalia as contas das cidades brasileiras por meio de quatro indicadores: autonomia, gastos com pessoal, liquidez e investimentos. Falou ainda da importância do orçamento para o futuro da cidade. Por fim, elogiou todos os componentes da mesa, em especial a vereadora Marta Rodrigues, a qual, segundo ele, é a mais atuante no que diz respeito às peças orçamentárias durante o período em que ele atua na prefeitura. Elogiou o vereador Daniel Alves na condução dos trabalhos da comissão. Em seguida, passou a palavra à



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



Diretora de Orçamento da Casa Civil, Ana Nery, que iniciou a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) concernente ao exercício de 2024. Enfatizou o caráter coletivo relativo à construção da proposta, que contou com a participação de diversos órgão e setores da administração pública municipal. Destacou ainda que o objetivo primordial da apresentação é o de tornar o projeto mais acessível à população. Em seguida, evidenciou os seguintes pontos: cenários de concepção da Lei Orçamentária Anual (LOA); as etapas de sua elaboração; resumo geral da receita, com detalhamento de aporte nacional e internacional de crédito; previsão da despesa por categoria e grupo, destacando, nesse ponto, aspectos relativos à despesas correntes, de capital e reserva de contingência; despesas por órgão e por função, destacando o compromisso governamental em fomentar a área social, notadamente a relativa a saúde e educação, com o fito de fortalecer a integração das políticas sociais; entre outros. A Diretora pontuou ainda a disponibilização do detalhamento das ações em tela no sítio eletrônico da Casa Civil, para aqueles que tiverem interesse em sua análise, e finalizou sua fala colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. O presidente Daniel Alves ressaltou que a exposição feita pela Diretora de Orçamento foi esclarecedora para que as pessoas possam ver como estão sendo aplicados os recursos municipais. Na sequência, passou a palavra aos seus pares para que pudessem fazer os questionamentos pertinentes. A parlamentar Marta Rodrigues manifestou preocupação com o aumento da estimativa de receitas e fixação de despesas referentes a determinados pontos, a exemplo das referentes a arrecadação de tributos, patrimoniais, operações de crédito e alienação de bens. Sugeriu revisão quanto às receitas decorrentes às alienações de bens, tendo em vista a baixa realização nos dois anos anteriores. No que diz respeito às despesas, frisou o pequeno percentual de aumento nas despesas com pessoal. Nesse sentido, solicitou reajuste dos salários dos servidores municipais. Destacou também a baixa execução orçamentária, o que reflete certo distanciamento entre os valores previstos e os efetivamente realizados. Por fim, cobrou mais transparência sobre a renúncia fiscal ao transporte público municipal. Além disso, demonstrou descontentamento com a previsão de redução de recursos destinados à educação especial, ao ensino de jovens e adultos – EJA, à assistência ao idoso e às pessoas com deficiência. Respondendo aos questionamentos, Luiz Carreira ressaltou inicialmente que as previsões maiores que as do ano anterior são fruto dos cenários com os quais se tem trabalhado atualmente, considerando as perspectivas de novas receitas, dentro da projeção realizada pela Secretaria da Fazenda do Município. Sobre operações de crédito, falou que, em regra, ao se aprovar a lei referente à operação, já é permitido constar no orçamento os valores previstos na matriz de vencimento. É preciso constar no orçamento para que possa ser utilizado. Se será realizado ou não, dependerá do tempo de tramitação processo de aprovação nos órgãos de controle. Nesse contexto, salientou a importância de tais operações para a cidade e para a antecipação de obras e serviços à população. Quanto à remuneração dos servidores, assentou que a prefeitura decidirá o reajuste no momento oportuno. Em relação ao transporte, disse que a prefeitura encaminhará à Câmara nos próximos dias projeto para tratar da matéria. Acrescentou que a principal questão relativa à temática refere-se, por diversos motivos, ao déficit de passageiros, tomando como base os quantitativos da data da concessão em comparativo com os números atuais. Salientou que considera importante a revisão do modelo atual do transporte público, para que os governos federal e estadual sejam incluídos no sistema. Em relação à educação, ressaltou que alguns projetos estão sendo executados dentro de funções de outras secretarias, os quais acabam não sendo computados na



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



função educação. Citou como exemplos as escolas que estão sendo construídas na Comunidade Mané Dendê, que são frutos de financiamentos e previstas na função urbanismo. Especificamente sobre o EJA, Henrique Lavigne, representando a Secretaria de Educação do Município, informou que algumas ações referentes ao tema estão espalhadas em outras ações da educação. Segundo ele, existem cerca de R\$ 77 milhões direcionados ao programa que estão fracionados em outros órgãos municipais. Disponibilizou-se a enviar o detalhamento a quem tiver interesse. Quanto à assistência aos idosos e pessoas com deficiência, Ana Nery pontuou que esses grupos estão contemplados em ações mais amplas que os equipamentos destacados na peça em análise. Citou como exemplo a busca ativa de pessoas em situação de vulnerabilidade que abarcam também os grupos citados. A próxima a falar, a vereadora Laina Crisóstomo expressou sua preocupação com a transparência do processo orçamentário, não apenas para os vereadores, mas para a população em geral. Para a ela, o debate sobre orçamento público deve ser acessível e compreensível, permitindo que as pessoas entendam e possam colaborar com as decisões sobre como o dinheiro está sendo gasto em sua cidade. Neste sentido, propôs que nas próximas peças orçamentárias sejam apresentadas tabelas comparativas com as peças dos anos anteriores, bem como sejam detalhadas as despesas por área e por órgãos. Falou também a respeito da renúncia fiscal concedida ao sistema de transporte público e enfatizou a importância de que sejam apresentados relatórios claros e detalhados sobre o impacto financeiro dessas medidas. A vereadora também reiterou a dificuldade de garantir a efetivação das emendas impositivas, a exemplo das propostas por ela no ano anterior. Na época, informou que foram apresentadas propostas de emendas, todas, segundo ela, dentro dos limites estabelecidos pela lei, mas não foram acatadas. Questionou o motivo pelo qual o direito que está previsto na Lei Orgânica Municipal não está sendo efetivado. O vereador Daniel Alves frisou que concorda com o posicionamento da vereadora sobre a simplificação do acesso às contas públicas municipais. Além disso, quanto às emendas, informou que, assim como fez com as propostas de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias, comprometeu-se a tentar incorporar as sugestões trazidas pelos parlamentares à Lei Orçamentária, observando, obviamente, as questões técnicas e legais pertinentes. Em complemento, Ana Nery falou que a questão relativa à simplificação da peça orçamentária é demanda não só da Câmara, mas também do cidadão comum. No entanto, segundo ela, a Lei Orçamentária tem estrutura e complexidade decorrentes de exigências legais. Acrescentou que se tem feito na Casa Civil grande esforço para simplificar o máximo as referidas peças. Informou, ainda, que os órgãos do Executivo responsáveis pela elaboração da lei aceitam sugestões para simplificação da abordagem, de forma a tornar a norma legal cada vez mais transparente e acessível. Luiz Carreira complementou as respostas à vereadora dizendo que, no que se refere às emendas, seria esta uma questão de ordem interna, a ser estruturada pela própria Casa Legislativa. Além disso, acrescentou que o parlamentar deve ter em seu gabinete pessoa especializada no assunto para, internamente, auxiliá-lo no entendimento e no trato dessas questões, e do ponto de vista externo fazer o acompanhamento do processo orçamentário junto ao Poder Executivo. Encerrada a participação dos vereadores, abriu-se para participação do público. Aurelino Sales, assessor do vereador Téo Senna, pontuou que não encontrou no projeto previsões relacionadas a autismo, anemia falciforme e síndrome de down. Questionou também se a unidade de pronto atendimento prevista para a ilha seria uma UPA e se essa unidade teria a seu dispor transporte para fazer o deslocamento dos pacientes entre a ilha e a cidade. Respondendo aos questionamentos, a Diretora de Orçamento frisou que



**CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES**



há previsão de entrega de trinta e sete salas de recursos multifuncionais para atendimento especializado aos grupos citados. Juliana Guimarães Portela, Diretora de Políticas Sobre Drogas da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer – SEMPRE frisou que uma das subdivisões da seguridade é a assistência social. Nessa linha, segundo aduziu, tem-se dentro da assistência social municipal o “Centro-Dia” e os Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS, que atendem os grupos informados. Informou também que, para além da rede própria do município, este realiza parcerias com entidades que contribuem com a assistência social municipal. Quanto aos transportes para o deslocamento dos pacientes, Subchefe de gabinete da Casa Civil, Moysés Andrade, disse que encaminharia a resposta posteriormente. Por fim, o Secretário da Casa Civil, Luiz Carreira, colocou-se à disposição para sanar quaisquer dúvidas que porventura possam surgir. Nada mais havendo a tratar, a presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, vereador Daniel Alves, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência às 12h 05min.


DANIEL ALVES
PRESIDENTE DA COMISSÃO


MARTA RODRIGUES